

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.093.317 - MG (2017/0097504-7)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
AGRAVANTE : WELLINGTON DE SOUZA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

AMBIENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MULTA ADMINISTRATIVA. GRADAÇÃO DA PENA DE MULTA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DA AUTARQUIA FEDERAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que inadmitiu Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo egrégio TRF da 1a. Região, assim ementado:

MULTA IMPOSTA PELO IBAMA. GRADAÇÃO DA PENA DE MULTA. ART. 17 DO DECRETO 3.179/1999 E ART. 75 DA LEI 9.605/1998. PREVALÊNCIA DO PREVISTO EM LEI. SUBSTITUIÇÃO DA MULTA ADMINISTRATIVA POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. IMPROCEDÊNCIA, NO CASO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. DESCABIMENTO.

1. *Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) recorre da sentença pela qual o Juízo Federal julgou procedente o pedido para declarar a nulidade do auto de infração IBAMA 384735, série D. 2. Apelante sustenta, em suma, que a conversão da multa em prestação de serviços além de excepcional é discricionária; que sob pena de ofensa ao princípio da separação dos poderes, o valor da multa não pode ser alterado pelo Judiciário; que é incabível a condenação em honorários advocatícios porque a parte autora, ora apelada, está sendo assistida pela Defensoria Pública da União - DPU.*

3. *Conflito entre a Lei 9.605/1998 e o Decreto 3.179/1999 no tocante ao valor mínimo da multa. Prevalência do previsto*

Superior Tribunal de Justiça

em lei. Pena de multa fixada acima do mínimo legal. Ausência de fundamentação específica Redução do valor da multa para o mínimo legal. R\$ 50,00 por unidade. Não havendo comprovação de quantos animais foram apreendidos, prevalece o mínimo.

4. *Substituição da pena de multa por prestação alternativa. A fixação da pena de multa, ou sua substituição por prestação alternativa, somente devem ser reexaminadas pelo Judiciário se a autoridade administrativa tiver incidido em ilegalidade flagrante, ou em violação clara e evidente dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Hipótese em que o apelado não demonstrou, mediante prova idônea, inequívoca e convincente, que a autoridade administrativa incidiu em ilegalidade flagrante, ou em violação clara e evidente dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. CPC, Arts. 332 e 333, I.*

5. *Os honorários advocatícios não são devidos. à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença (Súmula 421/STJ). Também não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando ela atua contra pessoa jurídica de direito público que integra a mesma Fazenda Pública (STJ, REsp 1199715/RJ.).*

6. *Apelação provida em parte (fls. 188/199).*

2. Opostos Embargos de Declaração, foram eles rejeitados (fls. 211/217).

3. Inconformado, o recorrente alega ofensa aos art. 74 e 75 da Lei 9.605/1998, sob o fundamento de que não cabe ao Poder Judiciário exercer juízo de valor sobre a pena aplicada.

4. Com contrarrazões (fls. 232/239). O Recurso foi inadmitido na origem (fls. 279/280).

5. É o breve relatório.

6. De início, incide o Enunciado Administrativo 3 do

Superior Tribunal de Justiça

STJ, segundo o qual aos recursos interpostos com fundamento no Código Fux (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do Código Fux.

7. No mais, o Tribunal de origem entendeu pela manutenção da pena de multa. Ora, entendimento diverso, conforme pretendido, implicaria reexame do contexto fático-probatório dos autos, circunstância que redundaria na formação de novo juízo acerca dos fatos e provas, e não de valoração dos critérios jurídicos concernentes à utilização da prova e à formação da convicção, o que impede o seguimento do Recurso Especial.

8. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial da Autarquia Federal.

9. Publique-se.

10. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR